

Moradores ao relento

Administração não negocia

Novo Jornal
13 De Março de 2009

OS MORADORES do bairro da Coreia, Município da Ingombota, cujas casas foram demolidas recentemente, Encontram-se a dormir ao relento, enquanto procuram Negociar com a Administração Municipal o seu Realojamento. No entanto, da parte das autoridades não Há o mínimo interesse em negociar porque estas Acusam a população de construir numa zona proibida, Segundos contam moradores, que se defendem alegando Que nunca foram proibidos de tal pelos fiscais que Vigiam o bairro.

"Eles nem aceitam se reunir connosco para nos Ouvirem", contam.

Questionada sobre se não tinha sido proibida de Construir na zona, a população, que se acha

"Gravemente injustiçada", responde:

"Nós encontrámos aqui um terreno completamente Abandonado e encharcado e tínhamos de primeiro Entulhar para depois construir. Quando os fiscais nos Apanhassem, apenas nos multavam por construir sem Autorização", relatam os moradores que foram obrigados A pagar cerca de 50 mil kwanzas para erguerem as Suas casas.

Para a população, que exhibe documentos em sua Defesa, o que terá acontecido é que os fiscais a quem Pagavam as multas não depositavam os valores na Conta do Estado. Apesar, disso, "não se percebe que Durante esses anos nos deixassem gastar fortunas em Casas que depois acabariam assim", protestam, acusando As autoridades de desumanidade, uma vez que Devido a esta situação as crianças interromperam as Aulas e muitos adultos nem ao serviço vão.

Por outro lado, os que tentaram arrendar uma Residência nos arredores foram obrigados a desistir da Ideia. "As residências que antes aqui custavam 100 Dólares, agora estão no mínimo 250 dólares", contou João do Dono, um dos lesados.

43

Consternados com a situação, moradores pedem que Organizações de defesa dos direitos humanos Intervenham.

Contactado pelo Novo Jornal, o presidente em Exercício da Associação Justiça, paz e Democracia, Serra Bango, disse que não se percebe tal atitude das Autoridades de deixar as pessoas ao relento, porque Estas, ao contrário de as desabrigar, têm o dever de Assentá-las.

Por outro lado, prosseguiu, o Estado deve informar a População sobre os seus interesses em determinada Zona e sempre que haja demolições "deve também Haver realojamento, ou então a entrega de valores

Monetários equivalentes à casa que se demole".

"Temos é de saber se os interesses em jogo pelo espaço São de facto públicos ou particulares, porque o que Muitas vezes acontece é que pessoas que se fazem Passar por autoridades expropriam bens alheios para Fins próprios", alertou Bango.

Por sua vez, a administradora municipal da Ingombota, Susana de Melo, diz que não se trata de as autoridades Não quererem negociar. Para ela, o que acontece "é que De facto não existe nenhuma situação negociável", Porque "a população construiu numa zona de risco e ilegalmente".

Susana de Melo negou categoricamente a existência no Local de casas há mais de cinco anos e alertou a População para se preocupar em primeira instância com a segurança.

No passado mês de Fevereiro, a Administração Municipal da Ingombota constatou o aparecimento de Mais de cem casebres de chapa que foram considerados Ilegais e os seus proprietários ordenados a abandonálas. Em muitos casos, os moradores construíram mais de Uma barraca para depois arrendar, no sentido de Beneficiarem de mais habitações, no âmbito do Programa de realojamento de emergência do Governo Provincial de Luanda no Zango e Sapu (Viana), ou Panguila (Cacuaco).